



**Ministério da Educação**  
**Universidade Tecnológica Federal Do Paraná**  
**Especialização em Gestão Pública Municipal**  
**Campus Curitiba**



MARIA ESTHER EIRAS RODRIGUEZ

**PROGRAMA DE AQUISIÇÃO DE ALIMENTOS: A INCLUSÃO  
SOCIAL DE PEQUENOS AGRICULTORES DE ITANHAÉM (SP)**

MONOGRAFIA DE ESPECIALIZAÇÃO

CURITIBA (PR)  
2012

**Maria Esther Eiras Rodriguez**

**PROGRAMA DE AQUISIÇÃO DE ALIMENTOS: A INCLUSÃO  
SOCIAL DE PEQUENOS AGRICULTORES DE ITANHAÉM (SP)**

Monografia de conclusão do Curso de especialização em Gestão Pública Municipal, da Universidade Tecnológica Federal do Paraná - Campus Curitiba, como requisito parcial para a obtenção do título de Especialista em Gestão Pública Municipal.

Prof. Orientador Dr. Jorge Carlos C. Guerra

CURITIBA (PR)  
2012



Ministério da Educação  
Universidade Tecnológica Federal Do Paraná  
Especialização em Gestão Pública Municipal  
Campus Curitiba



**TERMO DE APROVAÇÃO**

**PROGRAMA DE AQUISIÇÃO DE ALIMENTOS: A INCLUSÃO SOCIAL DE PEQUENOS AGRICULTORES DE ITANHAÉM (SP)**

por

**MARIA ESTHER EIRAS RODRIGUEZ**

Esta monografia foi apresentada às 9h00min horas, do dia 01 de dezembro de 2012 como requisito parcial para a obtenção do título de Especialista em Gestão Pública Municipal – Universidade Tecnológica Federal do Paraná. A candidata apresentou o trabalho para a Banca Examinadora composta pelos professores abaixo assinados. Após a deliberação, a Banca Examinadora considerou o trabalho APROVADO.

---

Prof.<sup>a</sup> MSc Ana Cristina M. Magalhães  
(UTFPR)

---

Prof.<sup>a</sup> Isaura Alberton de Lima  
(UTFPR)

---

Prof. Dr. Jorge C. C. Guerra – Orientador  
(UTFPR)

Visto da Coordenação:

---

Prof.<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup>. Hilda Alberton de Carvalho  
Coordenador do Curso de Especialização  
em Gestão Pública

## AGRADECIMENTOS

Agradecer pode não ser tarefa fácil, nem justa. Para não correr o risco da injustiça, agradeço de antemão a todos que de alguma forma passaram pela minha vida e contribuíram para a construção de quem sou hoje.

Particularmente, quero agradecer em especial a algumas pessoas pela contribuição direta na elaboração deste trabalho:

A Deus, Senhor da vida e de todas as coisas em primeiro lugar, que me concedeu a graça da conclusão deste curso e a oportunidade de adquirir novos conhecimentos.

Agradeço à Gestora e Coordenadora do Banco de Alimentos de Itanhaém, Sr<sup>a</sup>. Luciana Melo, pela sua paciência, disponibilidade e entusiasmo em informar e transmitir seu conhecimento sobre o PAA Municipal. Também não posso deixar de agradecer ao diretor de Agricultura da Prefeitura de Itanhaém, Sr. Odil Vasques Junior que por meio de suas informações e dados fornecidos sobre o assunto contribuiu para a elaboração desta monografia, a Sr<sup>a</sup>. Luciana Rodrigues com o fornecimento dos produtos e contato com os agricultores.

A todos os agricultores que por meio de suas experiências muito contribuíram para o desenvolvimento deste trabalho.

Ao professor e orientador Guerra por seu apoio, inspiração, paciência e motivação, no amadurecimento dos meus conhecimentos e conceitos que me levaram a execução e conclusão desta monografia.

Ao meu marido, companheiro e amigo Walter que sempre esteve a meu lado me apoiando e me incentivando, deixo aqui meu especial agradecimento.

Em todos os momentos de nossa vida devemos agradecer as vitórias alcançadas e os obstáculos ultrapassados.

Obrigada a todos que fizeram parte desta etapa de minha vida acadêmica.

"Cada dia a natureza produz o suficiente para nossa carência. Se cada um tomasse o que lhe fosse necessário, não havia pobreza no mundo e ninguém morreria de fome."

*Mahatma Gandhi*

## RESUMO

RODRIGUEZ, MARIA ESTHER EIRAS. **Programa de Aquisição de Alimentos: a inclusão social de pequenos agricultores de Itanhaém (SP)**. Monografia (Especialização em Gestão Pública Municipal) – Educação à distância - Universidade Tecnológica Federal do Paraná. Curitiba, 2012.

O município de Itanhaém é uma cidade litorânea, que também possui muitas áreas verdes, além de áreas rurais. E nessas áreas rurais encontram-se os pequenos agricultores familiares que até um passado não muito distante, viviam com certa dificuldade tanto de mão de obra, venda e distribuição de sua produção, assim como tecnologia. Sem a devida valorização muitos jovens, filhos de agricultores saíram da área rural e até da cidade, inclusive, para outros países em busca de uma vida melhor. Hoje com o Programa de Aquisição de Alimentos – PAA a situação mudou. A partir daí houve uma melhor organização entre os agricultores, com a criação de cooperativa, fortalecimento do mercado local e o resgate da cultura local. Foi diagnosticado o perfil dos agricultores, as principais atividades desenvolvidas na região, área de produção e o significado do PAA para as famílias dos agricultores familiares da cidade de Itanhaém. O objetivo principal deste trabalho foi observar até que ponto as famílias foram beneficiadas com o PAA, como vivem, qual o retorno social e financeiro para essa parcela da população e apresentar os resultados deste estudo.

**Palavras-chave:** agricultura familiar, desenvolvimento local, insegurança alimentar.

## ABSTRAT

RODRIGUEZ, MARIA ESTHER EIRAS. **Programa de Aquisição de Alimentos: a inclusão social de pequenos agricultores de Itanhaém (SP)**. Monografia (Especialização em Gestão Pública Municipal) – Educação à distância - Universidade Tecnológica Federal do Paraná. Curitiba, 2012.

The city of Itanhaém is a seaside town, which also has many green areas and rural areas. Although in these rural areas there were small family farmers whom in a few years ago lived with difficulty with hand jobs, sales and distribution of their production, so as technology. So, with no gratefulness, many young farmers left the countryside to the city, they went to other cities searching for a better life. Today with the Food Acquisition Programme -PAA the situation has changed. Thereafter, there was a better organization among farmers, with the beginning of cooperative strengthening of the local market and rescue the local culture. It was found the profile of farmers, the main activities developed in the region, the area of production and the meaning of PAA to the families farmers from the city of Itanhaém.

## LISTA DE FIGURAS.

Figura 1. Localização do município de Itanhaém.....	25
Figura 2. Fachada do Banco de Alimentos do município de Itanhaém (SP).....	30
Figura 3. Centro de recebimento e distribuição dos alimentos no Banco de Alimentos.....	30
Figura 4. Banca de banana na Feira do Agricultor com um dos agricultores da região.....	32
Figura 5. Banca de legumes na Feira do Agricultor.....	33
Figura 6. Pescador em uma banca na Feira do Pescado.....	33
Figura 7. Plantação do palmito pupunha.....	34



## **LISTA DE TABELAS.**

Tabela 1. Valores recebidos pelos agricultores do município de Itanhaém.....	26
--	----

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AECID	Agência Espanhola de Cooperação Internacional para o Desenvolvimento
APAE	Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais
CONAB	Companhia Nacional de Abastecimento
CONSEA	Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional
DAP	Declaração de Aptidão ao Pronaf
FNDE	Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação
IBAMA	Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
MAPA	Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
MDA	Ministério do Desenvolvimento Agrário
MEC	Ministério da Educação
MDS	Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome
MPOG	Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão
MF	Ministério da Fazenda
PNAE	Programa Nacional de Alimentação Escolar
PNUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
PRONAF	Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
PAA	Programa de Aquisição de Alimentos
PNAE	Programa Nacional de Alimentação Escolar
PNUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
PRONAF	Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO</b> .....	<b>9</b>
1.1	<b>Justificativa</b> .....	<b>10</b>
1.2	<b>Objetivos</b> .....	<b>11</b>
1.2.1	Objetivo geral .....	11
1.2.2	Objetivos específicos .....	12
1.3	<b>Método de pesquisa</b> .....	<b>12</b>
1.4	<b>Desenvolvimento</b> .....	<b>13</b>
<b>2</b>	<b>REFERENCIAL TEÓRICO</b> .....	<b>14</b>
2.1	<b>A agricultura familiar</b> .....	<b>14</b>
2.2	<b>Políticas públicas de incentivo à agricultura familiar no Brasil</b> .....	<b>15</b>
2.3	<b>A agricultura familiar e o desenvolvimento do país</b> .....	<b>19</b>
2.4	<b>Casos de sucesso do incentivo à agricultura familiar nos municípios brasileiros</b> ....	<b>20</b>
2.5	<b>Algumas limitações do PAA</b> .....	<b>22</b>
<b>3</b>	<b>METODOLOGIA</b> .....	<b>24</b>
<b>4</b>	<b>LEVANTAMENTO E ANÁLISE DOS RESULTADOS</b> .....	<b>25</b>
4.1	<b>A cidade de Itanhaém (SP)</b> .....	<b>25</b>
4.1.1	O agricultor familiar do município de Itanhaém (SP). .....	27
4.2	<b>Histórico do Banco de Alimentos e do PAA no município de Itanhaém (SP)</b> .....	<b>28</b>
4.3	<b>Políticas públicas da agricultura familiar no município de Itanhaém (SP)</b> .....	<b>31</b>
4.4	<b>Significado do PAA para os agricultores e para o município de Itanhaém (SP)</b> .....	<b>35</b>
4.5	<b>Perspectivas e ações para 2013 – agricultura urbana e periurbana</b> .....	<b>37</b>
<b>5</b>	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	<b>39</b>
	<b>REFERENCIAS</b> .....	<b>41</b>
	<b>ANEXO A</b> .....	<b>44</b>

## 1 INTRODUÇÃO.

A cidade de Itanhaém tem como atividades econômicas: serviços, indústria de transformação, comércio, administração pública e agropecuária. Exatamente nessa ordem de importância. Podemos perceber que a agricultura se encontra em último lugar na escala das atividades desenvolvidas. O turismo e o comércio local são as atividades mais exploradas. Apesar de ser uma cidade litorânea, Itanhaém possui muitos sítios e chácaras, onde vivem famílias que são pequenos agricultores que dependem do que plantam para viver.

Preocupado com a situação precária e difícil dos pequenos agricultores o Prefeito Municipal João Carlos Forssell, no ano de 2007, solicitou verbas ao Governo Federal para poder auxiliar essa parcela da população. Muitos já estavam querendo abandonar suas terras, os filhos desses produtores já não viam futuro em ficar na zona rural e queriam mudar para a cidade ou para outro município, abandonando suas terras onde viveram por várias gerações.

Os caiçaras como são conhecidos possuem uma cultura riquíssima tanto na culinária, no artesanato como na agricultura, e seria um desperdício ver essa história morrer por falta de recursos financeiros.

Um dos maiores problemas do pequeno agricultor era a venda do seu produto, já que os intermediários, ou atravessadores, como eles mesmos denominam, ficavam com todo o lucro. O que o produtor recebia pelos produtos não era suficiente para suprir as suas necessidades de sobrevivência e a aquisição de insumos para a sua plantação e com isso não havia um progresso e uma modernização na agricultura.

Foram implementadas políticas públicas, principalmente verbas do Governo Federal e farei um estudo de uma delas que foi o PAA (Programa de Aquisição de Alimentos ) da Agricultura Familiar.

O objetivo do Programa é o enfrentamento da pobreza, da desnutrição da segurança alimentar, assim como o fortalecimento da agricultura familiar, com a aquisição direta dos seus produtos.

O Banco de Alimentos implantado no município de Itanhaém em 2007 foi um dos responsáveis pelo programa onde por meio de sua gestora fez um trabalho de credibilidade dos agricultores com o governo, formando uma Associação de Agricultores e junto com o Executivo conseguiu verbas para a compra direta dos agricultores. No programa, o Banco de Alimentos adquire a produção dos agricultores do município e distribui para entidades sociais

cadastradas e para famílias de baixa renda também cadastradas em programa do governo e em situação de vulnerabilidade. Além disso, implantou a Feira Popular onde os agricultores vendem os seus produtos in natura ou processados diretamente para a população, como os doces e compotas, pastéis, bolos e conservas.

Com isso a inclusão social ocorre tanto para quem recebe os alimentos como também para quem produz.

Diante do exposto, com base nessas informações e na problematização do pequeno agricultor será apresentado um estudo desse tema relevante e de importância para a economia não só dos pequenos agricultores familiares, mas para todo o município. Será feito um estudo para verificação da aplicação dos recursos federais que foram disponibilizados para o município e também se houve sucesso na implementação de políticas públicas voltadas para o setor agropecuário atendendo as necessidades dessa parcela populacional. Com isso será feita uma verificação para avaliar se houve sucesso com relação aos produtores e também se essas medidas auxiliaram entidades sociais e famílias que se situam em vulnerabilidade alimentar.

## **1.1 Justificativa.**

Em uma das matérias do curso de especialização, foi necessário fazer um estudo sobre políticas públicas existentes no município e fazer uma avaliação. Foi quando tomei conhecimento do PAA e me interessei para fazer um estudo mais detalhado sobre a influência e os benefícios que esse programa oferecia aos pequenos agricultores da cidade de Itanhaém.

Por trabalhar na Prefeitura Municipal foi possível ter um acesso mais rápido, detalhado e atualizado do programa, bem como ao cadastro de todos os pequenos agricultores e valores recebidos pelos mesmos. Isso facilitou muito a pesquisa e o desenvolvimento deste estudo de caso.

A cidade de Itanhaém está situada no litoral sul do Estado de São Paulo, possui uma população de 87.057 habitantes ( fonte: IBGE, 2010 ), destes 99,1% reside na área urbana e o restante na área rural que está situada a 10 km do centro de Itanhaém em uma região conhecida como microbacia hidrográfica do Rio Branco com mais de 17.000 hectares. Muitos sítios nos quais a agricultura predominante é a plantação de banana e palmito pupunha.

Essas áreas de plantação são a renda de 570 famílias, segundo dados da Secretaria de Agricultura e Abastecimento do Estado de São Paulo.

O município de Itanhaém também possui criação de búfalos (bubalinocultura), e de suínos. Na fazenda de São Pedro atualmente existem 400 cabeças de búfalos.

Na cidade turística, antes conhecida pela produção de banana e pescado, pode-se ver a diversidade na área rural: frutas, legumes, palmito, couve, batata-doce. Segundo a gestora municipal de Segurança Alimentar e Nutricional, os programas do governo federal, em parceria com o município, têm incentivado os produtores. “O primeiro ganho foi investir na diversidade da produção; o segundo, deixar de ser invisível, passando a integrar a comunidade local; e o terceiro, financeiro, com o retorno pelo trabalho e a aquisição de bens.”

Fazendo um diagnóstico do perfil do agricultor, principal atividade desenvolvida na terra, produção, renda mensal, escoamento da produção, forma de organização, cooperativa, sindical ou individual, é possível verificar o que o PAA significava para essa parcela da população.

Hoje os agricultores familiares de Itanhaém vendem a sua produção, cerca de 7 toneladas de produtos para o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), para o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) e na Feira Popular montadas no pátio do estacionamento da prefeitura todos os fins de semana e feriados.

Essas ações são recursos do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), em parceria com a Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes, gestora dos programas, e a Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico.

Considerando tudo o que foi apresentado, observando os agricultores da cidade de Itanhaém, seu desenvolvimento e melhora da qualidade de vida, por acompanhar o desenvolvimento do PAA em Itanhaém e observando os benefícios do programa também para as entidades sociais e famílias em situação de extrema pobreza é que fiz a opção de fazer um estudo mais detalhado, sobre esse assunto: Programa de Aquisição de Alimentos : a inclusão social de pequenos agricultores de Itanhaém. Fazendo uma observação e analisando quais as influências que a implantação do PAA teve sobre a área rural e dos pequenos agricultores da cidade.

## **1.2 Objetivos.**

### **1.2.1 Objetivo Geral.**

Estudar as melhorias no Programa de Aquisição de Alimentos –PPA, de Itanhaém (SP).

### **1.2.2 Objetivos Específicos.**

- Levantar as Políticas Públicas Federais, Estaduais e Municipais de incentivo à Agricultura Familiar no Brasil;
- Diagnosticar como acontecem as Políticas Públicas e o incentivo à Agricultura Familiar, em Itanhaém (SP);
- Observar como ocorreram mudanças nas famílias de Itanhaém (SP), atendidas pelo PAA; como produção, renda, mão de obra e qualidade de vida;
- Analisar o que significa para as famílias de agricultores o PAA (Política de Aquisição de Alimentos) e,
- Descrever a dinâmica do PAA em Itanhaém (SP) nos alimentos adquiridos dos produtores e sugerir melhorias.

### **1.3 MÉTODOS DE PESQUISA.**

O presente trabalho trata da inclusão dos pequenos agricultores do município de Itanhaém (SP), realizando um estudo de caso verificando se houve uma melhora na qualidade de vida dos agricultores atendidos pelo PAA e também qual o impacto social e econômico.

A pesquisa é qualitativa, que tem por base conhecimentos teórico empíricos com estudo de caso. Serão feitas pesquisas bibliográficas, sites específicos, notícias da imprensa local, uma investigação in loco nas feiras para conhecer melhor o agricultor e pesquisa por meio de entrevistas com a gestora e coordenadora do PAA e também dos próprios agricultores.

As entrevistas serão de forma não estruturada, que é aquela em que é deixado ao entrevistado decidir pela forma de construir a resposta, com isso o agricultor se sente mais a vontade para conversar e contar as suas experiências e o entrevistador pode ajustar o foco para esclarecer os aspectos mais importantes.

## 1.4 DESENVOLVIMENTO.

O presente estudo compõe-se de cinco etapas:

- Capítulo 1 – Introdutório;
- Capítulo 2 – Fundamentação teórica;
- Capítulo 3 – Breve histórico do município de Itanhaém, das políticas públicas de Incentivo a Agricultura Familiar no Brasil;
- Capítulo 4 – Considerações Finais;
- Capítulo 5 - Referências.

O Capítulo 1, Introdutório, apresenta uma contextualização do tema da pesquisa, delimitando-o. Segue a formulação do problema, o levantamento dos objetivos, a descrição da justificativa contendo a motivação que levou ao trabalho, a descrição da metodologia aplicada e na continuidade o embasamento teórico.

O Capítulo 2 compreende a busca de informações referentes ao tema proposto. As modalidades de PAA, quais foram implantados no município, o desenvolvimento da agricultura no município de Itanhaém (SP). Casos de sucesso e também de fracasso em municípios brasileiros, quanto a implantação e gestão dessas políticas públicas voltadas para o desenvolvimento rural.

O Capítulo 3 apresenta um breve histórico do município de Itanhaém, quanto ao desenvolvimento econômico, cultural e populacional. Discorre sobre a questão da agricultura praticada pelos pequenos agricultores familiares, sua logística e comercialização dos produtos e como foi implantada a parceria com o poder executivo.

O Capítulo 4 relata as considerações finais, os objetivos atingidos e as sugestões eventuais para trabalhos posteriores.

O Capítulo 5 corresponde às referências bibliográficas em geral, nas quais se realizaram o presente trabalho.



## **2 REFERENCIAL TEÓRICO.**

Este capítulo trata do referencial teórico com a busca de informações referentes ao tema proposto com casos de sucesso e fracasso de municípios brasileiros que implantaram o PAA, estudo da renda dos agricultores e modelos de PAA implantados e a viabilidade do PAA no município de Itanhaém (SP).

### **2.1 A agricultura familiar.**

Segundo Wanderley (1999 ) a agricultura familiar pode ser definida como “aquela em que a família, ao mesmo tempo em que é proprietária dos meios de produção, assume o trabalho no estabelecimento produtivo”.

O trabalho no campo tem a capacidade de atender a subsistência da família e o agricultor busca transmitir a seus filhos seu conhecimento da terra, do plantio e também os costumes familiares como a união da família e do trabalho.

Lamarche (1993) cita que muitos agricultores familiares desapareceram porque não conseguiram atender às novas exigências do mercado por estarem desprovidos de novas tecnologias e conhecimentos.

Segundo Sabatto (2007) é perceptível uma diminuição da disponibilidade de mão de obra familiar no imóvel da família. Em alguns casos o motivo se deve à evasão precoce dos filhos ou a dificuldade em mantê-los na propriedade familiar e são eles que constituem a base do trabalho agrário. No caso dos agricultores familiares mais prósperos, muitas vezes a exigência por parte dos pais na educação dos filhos compete com o trabalho rural e no caso dos mais pobres os filhos acabam saindo de suas próprias terras para trabalhar como assalariados ou diaristas em outras localidades próximas.

Os agricultores também enfrentam dificuldades com relação a aquisição de crédito para investimentos, pois é necessário um capital de giro para operar de maneira rentável e eficaz alcançado uma produção para competir com o mercado que se torna cada vez mais exigente, Sabatto (2007).

Na maioria das regiões os agricultores estão isolados em pequenos grupos que são explorados pelos atravessadores, pois não conseguem negociar e escoar os seus produtos.

Portugal (2004) considera a diversidade como o maior desafio para a implantação de políticas públicas no setor agrário, pois cada região possui diferentes problemas e

dificuldades. Na região Norte um dos maiores problemas é a comercialização, e esse problema deve-se ao fato da distância dos mercados consumidores e as áreas de produção. No Sul a concorrência com os produtos do Mercosul, no Nordeste o problema são os minifúndios considerados inviáveis para comercialização. No Sudeste é exigido um padrão muito alto de qualidade e de produtos saudáveis por parte dos consumidores.

Por isso a importância de políticas públicas adequadas a cada região do país, e com isso atender as necessidades dos agricultores e a consumidores finais.

Segundo Toscano (2003) o estímulo da atividade ao pequeno agricultor do campo e o aumento da sua produção gera soluções na questão social econômica da região.

Como bem salienta Abramovay (1999), as cidades não conseguem absorver a parcela da população que deixa o campo e as grandes propriedades rurais não geram trabalho suficiente para atender a essa demanda rural, com isso a importância do incentivo à agricultura familiar que não deve ser somente do governos, mas, de todos, desde os bancos, facilitando os empréstimos aos pequenos produtores rurais com baixas taxas de juros até o mercado consumidor, incentivando da aquisição dos produtos comercializados pelos agricultores da região.

## **2.2 Políticas públicas de incentivo à agricultura familiar no Brasil.**

Segundo Rua (2005) as políticas públicas são compostas de procedimentos formais ou informais que têm como objetivo a resolução de conflitos de forma pacífica.

No Brasil as maiores dificuldades para o desenvolvimento da produção agrícola familiar são o acesso a linhas de crédito, ao mercado, a novas tecnologias e mão de obra ( BIANCHINI, 2005).

Até 1996 o país não contava com uma política pública específica ou voltada para os agricultores e suas famílias. Neste mesmo ano é então criada a primeira política pública diferenciada voltada aos agricultores familiares, o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar ( Pronaf), que tem como principal objetivo oferecer financiamento para investimento, capacitação e profissionalização dos agricultores familiares com isso alcançando melhoria na atividade rural promovendo o desenvolvimento socioeconômico das famílias atendidas.

Segundo Mattei (2005) pode ser feita uma análise da eficácia e da abrangência do Pronaf em duas etapas: a primeira no período de 1996 a 1999, que compreende o período em que foi

implantado o programa e a segunda fase a partir do ano de 2000, quando foram feitos ajustes e ampliação no programa.

Na primeira fase dos R\$ 1.896 bilhões que foram liberados apenas R\$ 313 milhões foram aplicados, havendo um favorecimento da Região Sul do país pelo fato de uma melhor organização dos agricultores familiares da região.

A partir de 2000, já na segunda fase houve uma maior abrangência do programa, pois os recursos passaram a ser destinados a agricultores classificados segundo renda e modalidades e com isso houve um crescimento de aproximadamente 100% dos contratos.

Um estudo realizado por Mattei ( 2005 ) referente a distribuição regional no período compreendido de 2001 a 2004 nos 100 maiores municípios tomadores de crédito verificou que 82 deles estão situados na região Sul e 12 na Região Norte, as outras regiões do Brasil apresentaram uma participação muito baixa.

Durante o V Fórum Ministerial de Desenvolvimento, organizado pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (Pnud), com apoio da Agência Espanhola de Cooperação Internacional para o Desenvolvimento ( Aecid) e do Ministério do desenvolvimento Social (MDS), em 31 de maio de 2012 em Brasília, o Ministro do Desenvolvimento Agrário Pepe Vargas citou a importância da agricultura familiar para a inclusão social e também dentro do Plano Brasil Sem Miséria (MDA, 2012).

Segundo o ministro Pepe Vargas 84% das propriedades rurais são de agricultores familiares e estes agricultores são responsáveis por 70% dos alimentos produzidos no Brasil (MDA, 2012).

Preocupados com a fome e a garantia da segurança alimentar e nutricional da população, no governo Lula no ano de 2003, foi criado o Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar, (PAA) que atende tanto a oferta de alimento à população em situação de insegurança alimentar como as necessidades dos agricultores familiares a conseguir mercado para seus produtos.

O PAA foi criado como uma das ações do Programa Fome Zero, foi formulado e implementado pelo Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional ( Consea) e por organizações da sociedade civil.

O programa foi instituído pela Lei nº 10.696, de 02 de julho de 2003 e regulamentado pelo Decreto nº .447 de 7 de maio de 2008.

A operacionalização do PAA envolve a aquisição dos produtos da agricultura familiar pelo Governo Federal como a Compra Direta da Agricultura Familiar, a Compra Direta Local

com a Doação Simultânea, a Formação de Estoques, o PAA Leite e a Compra com Doação Simultânea.

Na modalidade Compra Direta é permitida a aquisição de alimentos para distribuição ou formação de estoques públicos com isso promovendo a movimentação das safras e estoques além de promover a segurança alimentar nutricional.

O produto deverá atender aos padrões de qualidade exigidos pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento ( Mapa) depois de atendidas as exigências poderá ser entregue à Companhia Nacional de Abastecimento (Conab) para a composição de cestas básicas que serão entregues a grupos populacionais específicos.

A Compra Direta Local com a Doação Simultânea refere-se à aquisição dos alimentos de agricultores familiares, organizados em cooperativas, associações ou grupos. A aquisição dos produtos são entregues a entidades da rede sócio assistencial local. Nesta modalidade o produtor vende seus produtos diretamente em um limite de R\$ 4,5 mil por ano.

Na modalidade Formação de Estoques oferece aos agricultores que estão enquadrados no Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar ( Pronaf ), meios de sustentação de preços, comercialização dos produtos e agregação de valor. A operacionalização é feita pela Conab, a partir de um acordo com o Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) e Ministério do desenvolvimento Agrário (MDA). O limite de participação de cada agricultor é de R\$ 8 mil por ano. Os produtos serão distribuídos para a população em situação de insegurança alimentar..

No PAA Leite ocorre o incentivo para a produção de leite pelos agricultores familiares e o aumento de consumo de leite pelas famílias que se encontram em situação de insegurança alimentar.

Para desenvolver essa modalidade foram firmados convênios com dez governos federais e atendidos 1,2 mil municípios. Com isso aproximadamente 700 famílias recebem o leite que foi produzido por mais de 29 mil agricultores.

Para o Agricultor participar do PAA Leite deve possuir a Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP), estar enquadrado nas categorias A, /C, B ou Agricultor Familiar, além de comprovar que fez a vacinação dos animais.

Para o agricultor interessado em participar do programa deverá procurar um laticínio próximo da sua região. O laticínio é contratado por meio de licitação. Para a família receber o leite deverá estar enquadrado em alguns destes casos: ter crianças entre 2 e 7 anos, idosos, gestantes e renda de até meio salário mínimo

A modalidade de Compra da Agricultura familiar com Doação Simultânea consiste em adquirir os produtos dos agricultores familiares associados em cooperativas, grupos ou associações e estes alimentos são encaminhados para entidades e programas de ação da Promoção Social.

Os agricultores deverão encaminhar à Conab suas propostas para adesão ao programa através de uma organização. Deverá ser informado os agricultores participantes, os alimentos e suas quantidades e a periodicidade de entrega.

Esta modalidade permite a aquisição dos alimentos in natura, industrializados ou processados, e estes alimentos estarão contribuindo para enriquecer o cardápio das entidades. Quando o produto é orgânico poderá ser pago para o agricultor um valor de até 30% a mais que o alimento convencional.

O Grupo Gestor do PAA é coordenado pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) e composto por cinco ministérios: Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), Ministério da Educação (MEC), Ministério da Fazenda (MF), Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) e do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG).

O Grupo Gestor tem por finalidade a definição das medidas necessárias para operar o PAA, como o sistema de aquisição de produtos, os preços que serão praticados, as condições de doação e venda e as regiões que são prioritárias.

A execução do PAA é feita pela Companhia Nacional de Abastecimento (Conab) e implementada por meio de convênios estabelecidos pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) com governos estaduais e municipais.

De 2003 a 2010 o governo federal investiu R\$ 3,5 bilhões beneficiando cerca de 112 mil agricultores familiares.

O PAA preza pela preservação do meio ambiente e além da diversificação, incentiva a produção e o consumo de alimentos da região, resgatando hábitos e cultura de várias gerações locais que vinham se perdendo ao longo do tempo.

Em Minas Gerais o PAA contribuiu para o aproveitamento das frutas nativas do Cerrado, no Rio Grande do Sul revitalizou os moinhos coloniais ( Pandolfo,2008).

Segundo Formenton (2011) podemos citar o Seguro da Agricultura Familiar como uma outra política pública do Governo Federal que tem como objetivo o fortalecimento da agricultura familiar além do Pronaf e do PAA já citados anteriormente.

Este seguro é uma opção dos agricultores de regiões onde há grande variação climática. O programa garante a cobertura de 100% do financiamento mais 65% da receita líquida esperada pelo empreendimento financiado pelo agricultor.

### **2.3 A Agricultura familiar e o desenvolvimento no país.**

Para Teodoro (2005) o pequeno agricultor que não possui muitas oportunidades de emprego e renda na cidade, a agricultura familiar é um fator de geração de renda e emprego.

Segundo os dados do Censo Agropecuário 1995-1996 a agricultura familiar era a principal fonte de trabalho no meio rural brasileiro apesar de ocupar 30% da área total, sendo responsável por 13,7 milhões de pessoas trabalhando na agricultura familiar, 4.859.732 estabelecimentos rurais ocupando uma área de 353,6 milhões de hectares.

Segundo Sabatto (2007) importância da agricultura como fonte de renda no meio rural é maior nas regiões mais pobres do Brasil, o que se explica pela falta de alternativas de trabalho tanto local como para os migrantes. Apenas na região Nordeste a concentração de pessoas ocupadas na agricultura familiar era de 50%, ou seja um número de 6.809.420 pessoas.

Ainda segundo Sabatto (2007) percebemos que a importância da agricultura familiar é variável, segundo as regiões administrativas do país. Em todas as regiões, mais de um terço foi classificado como agricultura familiar. No Sul são mais de novecentos mil estabelecimentos familiares concentrados em algumas regiões dos estados do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina. No Norte os estabelecimentos familiares estão localizados em vastos territórios de baixa densidade populacional. Também foi observada uma grande diferença do nível de renda gerado pelos agricultores de cada região. Nas regiões Norte e Nordeste, mais de 70% dos agricultores familiares geraram renda monetária anual inferior a R\$ 3 mil e nas demais regiões acima desse valor.

Segundo uma reportagem exibida na TVNBR em 19 de abril deste ano, a merenda servida a 48 milhões de crianças e adolescentes vem da agricultura familiar. São mais de 3000 municípios que recebem dos pequenos agricultores os insumos para a merenda escolar.

Só no Distrito Federal 14.000 alunos são beneficiados com o PAA. Foi destacada a produção de leite na cidade de Sobradinho, onde saem mais de 60 litros de leite por dia que segue para um tanque comunitário. Depois disso o leite é processado em uma cooperativa de produtores familiares e é transformado em iogurte, queijo, manteiga e bebida láctea.

Ainda segundo a reportagem, Arnaldo Campos, Diretor de Geração de Renda do MDA, em 2010 45% dos municípios aderiram ao PAA, em 2011 60% e em 2012 a expectativa é de 70%.

Há evidências de que onde existe a organização dos produtores, mesmo que somente para a comercialização, a produção para o mercado é mais significativa e o nível tecnológico é mais avançado, com isso há uma elevação da produtividade. No Brasil, o perfil do agricultor familiar é na maioria caracterizado por um baixo nível de escolaridade e isso faz com que haja uma dificuldade na inclusão de tecnologia no campo. Por isso a necessidade de políticas públicas diferenciadas para cada região do país.

#### **2.4 Casos de sucesso do incentivo à Agricultura Familiar nos municípios brasileiros.**

Normalmente os municípios recebem verbas federais e alguns estaduais para os seus programas e também a contrapartida municipal para a execução dos Programas que tem como objetivo principal diminuir os índices de pobreza e de vulnerabilidade social proporcionando uma vida mais digna à população.

Segundo um estudo de caso de Formenton (2011), no Rio Grande do Sul, na cidade de San Ângelo, a implementação do Programa se deu com a montagem de uma cozinha Comunitária, na qual são servidas refeições diariamente para mais de 150 mil pessoas em condições de vulnerabilidade e insegurança alimentar. O município conta também com um Banco de Alimentos que recebe mensalmente 6 toneladas de alimentos beneficiando 5.000 pessoas por mês. Os agricultores familiares têm como atividades principais o plantio da soja, e a produção de leite. O PAA hoje é fundamental para colaboração da permanência das famílias no meio rural, principalmente pelos jovens e também da auto estima, dos agricultores, que hoje possuem a confiabilidade e a segurança em obter recursos com regularidade.

Exemplo de política pública de sucesso, segundo a Organicsnet (2012) é na cidade de Santana dos Garrotes no Vale do Piancó no estado da Paraíba. O PAA mudou a vida de 77 agricultores que hoje fazem a comercialização do arroz vermelho. Hoje eles vendem o arroz a R\$ 1,50 e antes do programa o valor era de R\$ 0,70, ou seja, a renda desses agricultores aumentou 50% . Isso foi possível graças à utilização da modalidade de Apoio à Formação de Estoques pela Agricultura Familiar (CPR Estoque). Nesta modalidade, cada agricultor pode vender até R\$ 8 mil reais por ano para o PAA. O arroz vermelho é vendido no comércio local e

para o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), na merenda escolar. Hoje os agricultores estão ampliando a área de plantio já que em 2007 foram comercializadas 70 toneladas do produto e em 2011 o volume foi de 200 toneladas.

Segundo Lopes e Almeida (2012), a Cooperativa de Produção Agropecuária dos Assentados e Pequenos Produtores da Região Noroeste do Estado de São Paulo, a Coapar, em Andradina (SP) reúne mais de 600 famílias. A cooperativa tem colaborado com a execução do PAA junto aos pequenos produtores rurais oferecendo armazenamento, transporte e escoamento da produção leiteira, além de auxiliar nos trâmites burocráticos os produtores de leite da região de Castilho e Andradina (SP) que têm conseguido por meio de um convênio com um laticínio particular repassar o leite com recursos do PAA. O leite é embalado e processado antes de ser encaminhado para as instituições beneficiadas e entregues em escolas e instituições de caridade. O litro de leite tem sido vendido a R\$ 1,10 o litro e no mercado livre os camponeses são obrigados a negociar o mesmo produto por R\$ 0,50 a R\$0,80.

Conforme dados da Conab, o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à fome (MDS), adquiriu mais de um milhão de reais no ano de 2011, em alimentos dos produtores familiares por meio de doação simultânea do PAA. Com isso pôde auxiliar entidades assistenciais como asilos, pastorais, o hospital de Castilho, associação de bairros, a APAE de Andradina, Casa de Apoio ao Morador de Rua e outras totalizando 34 instituições beneficiadas.

Segundo Antunes e Hespanhol (2011) no município de Dracena (SP) o PAA além de beneficiar financeiramente os agricultores fez com que a associação permitisse o desenvolvimento de estratégias para a aquisição de máquinas e o início do cultivo de novos produtos. A Compra para Doação Simultânea envolveu 415 agricultores entre 2006 e 2009 totalizando 1,5 milhões de reais e beneficiando 27 entidades em média por ano.

Um estudo de caso realizado por Rocha; Cerqueira e Coelho (2007) no estado da Bahia apresentou resultados muito favoráveis não só para os agricultores rurais do estado, mas também para as entidades assistenciais que foram beneficiadas com o programa.

Em Pernambuco, segundo Zimmermann (2008) após um estudo de caso no município de Mirandiba, observou que houve uma organização entre os agricultores com a formação de uma cooperativa. Agricultores que saíam de suas terras em tempo da seca para trabalhar em lavouras irrigadas no Vale de São Francisco sem contrato de trabalho e sem os seus direitos trabalhistas, após serem beneficiados com os recursos do PAA, passaram a trabalhar somente em suas próprias terras.



Gonçalves e Pessoa em um estudo de caso no município de Fortaleza do Tabocão no Estado de Tocantins verificou que o PAA contribuiu para a diversificação da produção dos agricultores familiares, e na melhora da qualidade dos produtos além de expandirem as vendas para outros estados. A produção de abacaxi, por exemplo, além de ser vendida na região passou a ser comercializada para o centro oeste e sudeste do Brasil. Com isso verificaram que o PAA além de contribuir para a geração de renda e trabalho para os pequenos agricultores, também contribuiu para a doação de alimentos para a população carente do município minimizando a pobreza e a fome na região.

## **2.5 Algumas limitações do PAA.**

São muitas as contribuições do PAA para a agricultura familiar, sendo a principal delas a garantia da comercialização de seus produtos a preços praticados no mercado, mas existem algumas limitações no programa como, por exemplo, a divulgação restrita do programa, segundo Doretto e Micheollon (2007).

Segundo Cordeiro (2007) com uma maior e melhor divulgação haveria um aumento no número de agricultores com acesso ao PAA.

Conforme apontado por Botelho, Gomes e Bastos (2007) muitas vezes os agricultores não conhecem os objetivos e o programa do PAA e o confundem com um crédito de financiamento pela CONAB.

Segundo uma pesquisa realizada no Paraná por Doretto e Michellon (2007) a mesma aponta que metade dos agricultores que foram entrevistados desconheciam a existência do Conselho Municipal como sendo incumbido de acompanhar o programa.

No município de Dracena, segundo Antunes e Hespanhol (2011), apesar dos benefícios recebidos pelos agricultores da região, os mesmos sugeriram um aumento dos recursos financeiros e o aumento do número de participantes do programa.

Uma outra limitação percebida segundo Cordeiro (2007) foi referente ao atraso na liberação dos recursos em alguns municípios, além da dificuldade de transporte para os produtos do local da produção até o consumo em alguns casos os agricultores levam seus produtos até um ponto e a prefeitura ou instituição repassa às entidades beneficiadas. Outras vezes os próprios agricultores entregam diretamente nas instituições e também pode ocorrer de a própria entidade beneficiada retirar diretamente na residência do agricultor.

Em depoimentos colhidos por Cordeiro (2007) na região Nordeste do país, mostram que em alguns locais o próprio produtor entrega de barco, canoa ou carroça seus produtos na escola, pois o carro não tem acesso ao local.

Os agricultores sentem dificuldade em organizar, planejar e atender nos padrões exigidos pelo PAA, como bem cita Mattei (2007), seria necessário uma política articulada de produção e comercialização, com assistência técnica atrelada ao programa.

Segundo Cordeiro (2007) a deficiência de estrutura adequada de armazenamento e conservação, como a falta de energia nas escolas e em residências faz com que muitos sejam excluídos do programa por não ter como armazenar e conservar os produtos de origem animal, como é o caso da pesca.

Em Campina do Monte Alegre (SP) segundo a avaliação do PAA (Informações Econômicas) os funcionários por falta de conhecimento estavam com dificuldades na implementação do Programa Nacional de Alimentação escolar ( PNAE ), pois conforme a Resolução do FNDE nº 38/2008, 30% das compras municipais com alimentação escolar devem vir da agricultura familiar.

Após observar alguns estudos aqui citados podemos observar que apesar de algumas deficiências do PAA, o mesmo tem auxiliado tanto financeiramente como na melhora da autoestima e no incentivo aos agricultores familiares em permanecerem em suas terras com a produção agrícola. Além, disso é de suma importância como política pública para a segurança alimentar.

### 3 METODOLOGIA.

Como foi dito anteriormente, o presente trabalho trata da inclusão dos pequenos agricultores do município de Itanhaém (SP), realizando um estudo de caso verificando se houve uma melhora na qualidade de vida dos agricultores atendidos pelo PAA e também qual o impacto social e econômico destes e também como isso afetou a parcela da população que se encontra em vulnerabilidade alimentar.

A pesquisa aplicada é qualitativa, que tem por base conhecimentos teórico empíricos com estudo de caso. Serão feitas pesquisas bibliográficas, sites específicos, notícias da imprensa local, uma investigação in loco nas feiras para conhecer melhor o agricultor e pesquisa por meio de entrevistas com a gestora e coordenadora do PAA e também dos próprios agricultores.

A autora optou por entrevistas não estruturadas e sem pré-roteiro. Este tipo de procedimento procura através da experiência do autor (a), deixar fluir o conhecimento do entrevistado (a), não o restringindo e analisando a posteriori suas falas.

A autora tem como experiência o acompanhamento burocrático documental na abertura do processo licitatório, o recebimento de recursos e aplicação dos mesmos, o recebimento dos produtos vendidos pelos agricultores no Banco de Alimentos, as vendas na feira aos sábados no Paço Municipal e o contato direto com alguns desses produtores.

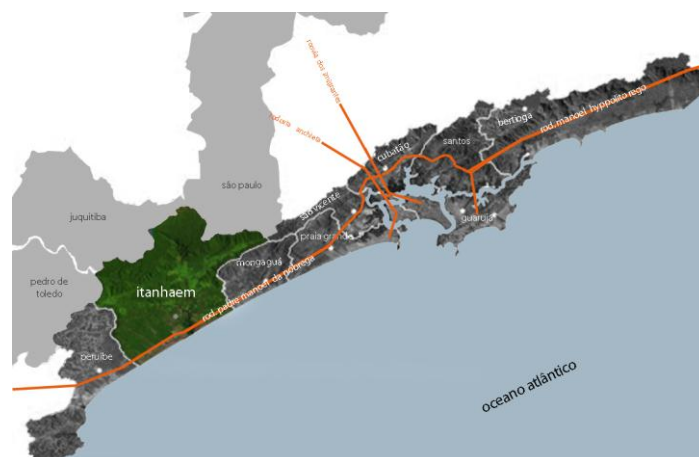
## 4 LEVANTAMENTO E ANÁLISE DOS RESULTADOS

Este estudo tem por objetivo verificar e avaliar se houve uma efetiva contribuição com a implantação do PAA no município de Itanhaém, na qualidade de vida e financeira do pequeno agricultor familiar que vive na área rural do município, contribuindo para a sua inclusão social.

### 4.1 A cidade de Itanhaém (SP).

Itanhaém é uma cidade do litoral sul paulista de 480 anos e está localizada entre os municípios de Peruíbe e Mongaguá. O nome Itanhaém vem do tupi guarani e significa “pedra que canta”.

A cidade integra a Região Metropolitana da Baixada Santista – RMBS, que engloba os municípios de Santos, São Vicente, Cubatão, Guarujá, Bertioga, Praia Grande, Mongaguá e Peruíbe. Faz divisa a norte com as cidades de Jujutiba e São Paulo, a leste com São Vicente e Mongaguá, a oeste com os municípios de Pedro de Toledo e Peruíbe ao sul com o Oceano Atlântico.



**Figura 1 – Localização do município de Itanhaém.**

Fonte: PEC Consultoria e Projetos LTDA, (2011).

A cidade possui uma extensa rede fluvial, 912 quilômetros de rios, onde podemos destacar como principal o Rio Itanhaém, onde são praticados diversos esportes aquáticos, suas águas encontram o mar na Boca da Barra, um dos cartões postais mais belos da cidade. Com isso a pesca é uma importante atividade comercial na região, com uma grande variedade de peixes, moluscos e crustáceos.

Possui uma população fixa de 87.057 habitantes e flutuante 450.000 ( fonte IBGE, 2010).

É a segunda cidade mais antiga do Brasil, com a data provável de fundação em 1532, sendo que segundo Ferreira, 2008, há divergências com relação à data que poderia ser dia 22 de abril, data esta oficial nos dias de hoje e 8 de dezembro quando é comemorado o Dia de Nossa Senhora da Conceição, padroeira da cidade.

Itanhaém é terra de pessoas ilustres como Benedito Calixto, Beato José de Anchieta, Emídio de Souza e Ernesto Zwarg, professor, biólogo e ecologista amante da natureza, que muito fez para preservar as belezas naturais e o verde desta cidade. Foi um militante no tombamento da estação ecológica Juréia-Itatins em julho de 1986. É dele também o mérito de ter vencido a primeira ação popular contra a construção de prédios, se não fosse pela ação deste homem incansável na defesa da natureza, a orla da Praia dos Sonhos estaria repleta de prédios projetados sem sistema de esgoto. Era muito conhecido por incentivar e promover caminhadas para a Juréia. Foi considerado um grande lutador que não poupou esforços para defender as belezas e a natureza de Itanhaém.

Itanhaém possui 26 quilômetros de praias que possuem uma boa qualidade da água e isso favorece o turismo, além do clima tropical marítimo com temperaturas médias de 27°C, segundo informações do próprio site do município.

A ocupação territorial é muito determinada pelos elementos naturais existentes e ocorreu primeiramente à margem leste do rio, que possui terreno plano próximo ao mar. Ao longo do tempo foi se expandindo próximo à ferrovia.

Atualmente o comércio da região oferece uma grande variedade de serviços e produtos. O artesanato é uma opção de renda para muitos moradores locais.

Mas o turismo é a principal atividade econômica. Na cidade existem muitas belezas naturais, praias limpas, diversos rios onde são praticados esportes aquáticos e passeios de barco e construções históricas como o Convento, a Gruta de Nossa Senhora de Lourdes, a Igreja Matriz, a Cama de Anchieta. Possui uma fauna e flora muito diversificada com muitas espécies de pássaros e os manguezais onde se encontram os caranguejos e a vegetação própria da região.

Além das belezas naturais e do turismo, Itanhaém também possui uma grande diversidade de produções agrícolas de pequenos agricultores familiares situados na Micro Bacia do Rio Branco, que plantam banana, palmito, maracujá, batata doce, chuchu, berinjela, tomate-cereja, alface e couve.

Itanhaém era conhecida como a terra da banana. Inclusive próximo à Estação de Trem, que hoje está desativada, existe até hoje a Casa da Bananada, uma fábrica de doce de banana fundada em 1930, que vende doce de banana de vários tipos.

Segundo Ferreira (2008) é dado o nome de caiçara ao nativo desta região praiana, resultado de uma mistura de raças, que vive da pesca artesanal, o pequeno agricultor, pessoas simples que vivem com o que a natureza oferece, busca na mata os remédios naturais e usa o mar e natureza com sabedoria.

Entre tantos produtos a mandioca era a base da alimentação caiçara e com a herança indígena, os caiçaras antigos fabricavam cestos, redes, panelas de barro e vários utensílios domésticos. Com o tempo essas as técnicas foram perdidas. A população caiçara hoje faz parte da cultura litorânea brasileira, principalmente na culinária.

Segundo Branco (2005), nos últimos 50 anos muitas famílias caiçaras abandonaram a pesca e a agricultura, deixaram as suas terras em busca de novas oportunidades. Com isso muitas receitas e costumes se perderam com o tempo, pois não foram transmitidos às novas gerações. Algumas receitas ainda são conhecidas e fazem parte dessa cultura caiçara como o bolo de banana na panela, cocada, tainha recheada, bolo de mandioca, o café com caldo de cana da Dona Maria Marques e o bolo de Dona Carlota. Essas receitas e outras são encontradas no livro de Branco (2005).

#### **4.1.1 O agricultor familiar do município de Itanhaém (SP).**

Segundo a gestora e coordenadora do PAA de Itanhaém, até o ano de 2005 a agricultura familiar era formada por casais com dois a seis filhos. Os filhos mais velhos iniciaram uma migração para as cidades próximas da região em busca de emprego e formação escolar.

Hoje a realidade do município mudou. Os filhos mais velhos estão retornando para a área rural, alguns retomando a antiga propriedade e outros arrendando terras para a agricultura.

Segundo dados do Departamento de Agricultura Municipal hoje 60% a 70% dos agricultores estão em áreas arrendadas e o restante está em terras próprias.

Houve alteração na renda dos agricultores após o acesso destes às políticas públicas, conforme pode ser observado na tabela abaixo:

**Tabela 1: valores recebidos pelos agricultores de Itanhaém.**

<b>Ano</b>	<b>Modalidade PAA</b>	<b>Renda PAA ano/mês</b>	<b>Renda própria – comércio local/mês</b>	<b>Renda – Feiras/mês</b>	<b>Total –média mensal</b>
<b>2008</b>	PAA Municipal	4.500,00/375,00	800,00		<b>1.175,00</b>
<b>2009</b>	PAA Municipal	4.500,00/375,00	1.200,00		<b>1.575,00</b>
<b>2010</b>	PAA Municipal	4.500,00/375,00	1.800,00	600,00	<b>3.525,00</b>
	PAA/PNAE	9.000,00/750,00			
<b>2011</b>	PAA Municipal	4.500,00/375,00	2.000,00	2.000,00	<b>5.125,00</b>
	PAA/ PNAE	9.000,00/750,00			
<b>2012</b>	PAA Municipal	4.500,00/375,00	2.500,00	3.000,00	<b>7.535,00</b>
	PAA/ PNAE	20.000,00/1.660,00			

Fonte: Departamento de Agricultura Municipal ( 2012).

Como podemos perceber o PAA Municipal trouxe um aumento na renda final do agricultor. A renda mensal apresentada é uma média, pois por ser uma cidade turística nos meses de férias e feriados a população flutuante aumenta e com isso o rendimento dos agricultores, principalmente nas feiras e no comércio local.

Conforme informado pela coordenadora do Banco de Alimentos, no início do PAA no ano de 2008, estavam cadastrados 40 agricultores e 6 pescadores. Hoje, no ano de 2012 estão cadastrados 120 agricultores e 20 pescadores.

#### **4.2 Histórico do Banco de Alimentos e PAA no município de Itanhaém (SP).**

Em dezembro de 2005 o então prefeito Sr. João Carlos Forssell criou o Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional de Itanhaém – COMSEA Itanhaém por meio da Lei nº 3.190 de 2 de dezembro de 2005.

Segundo a própria Lei em seu art. 1º, o COMSEA Itanhaém é um órgão vinculado à Secretaria de Assistência e Desenvolvimento Social, cujo objetivo é assessorar a Administração Municipal na formulação de políticas públicas na área da segurança alimentar e nutricional e na definição de diretrizes e prioridades que visem a garantia do direito humano à alimentação.

Neste mesmo ano de 2005 houve uma seleção no Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) para a implantação do Banco de Alimentos.

Na região Metropolitana da Baixada Santista apenas os municípios de Itanhaém (SP) e Cubatão (SP) conseguiram a classificação depois de participarem de um processo com 141 municípios e organizações não governamentais (ONGs) inscritos, sendo que 95 foram considerados habilitados e desses apenas 45 foram selecionados para receber o programa Banco de Alimentos. O município de Itanhaém ficou na 15ª colocação no âmbito nacional e 13º lugar no Estado de São Paulo entre os requisitos exigidos pelo MDS.

Para o município receber o Banco de Alimentos deve seguir e atender alguns critérios: possuir mais de 50 mil habitantes, comprovar disponibilidade de espaço, possuir condições sanitárias e de segurança adequadas, apresentar regularidade fiscal pela Lei de Responsabilidade Fiscal e Instrução Normativa. Deverá após atender essas exigências apresentar um projeto técnico, um plano de trabalho de acordo com o Manual de Implantação e Ata de Aprovação do projeto pelo Conselho Municipal.

Em 6 de novembro de 2007 foi inaugurado o Banco de Alimentos de Itanhaém nas dependências do Centro de Atendimento ao Cidadão, no Bairro Jardim Corumbá, com uma estrutura de 700 m<sup>2</sup> de área construída e um investimento de 60 mil entregues pelo MDS no chamado Kit Equipamentos, composto por computadores, pias, câmara frigorífica de 22 metros, balanças eletrônicas, armários, bebedouros, mesas, cadeiras, utensílios de cozinha, uniformes e embalagens para acondicionar e transportar alimentos. O município fez um investimento de 200 mil reais em adequação do prédio para a instalação do Banco de Alimentos nesse local.





**Figura 2 – Fachada do Banco de Alimentos do município de Itanhaém (SP).**

Fonte: Secretaria de Agricultura da Prefeitura Municipal de Itanhaém (2012).

O Banco tem como objetivo inicial o reaproveitamento de alimentos e, além disso, incentivar a produção rural por meio do PAA, garantindo acesso a alimentos de qualidade, com regularidade e qualidade, promovendo o fortalecimento da agricultura familiar no município.



**Figura 3 - Centro de recebimento e distribuição dos alimentos no Banco de Alimentos.**

Fonte: Secretaria de Agricultura da Prefeitura Municipal de Itanhaém (2012).

No ano de 2006 foram 20 entidades sociais abastecidas com os produtos dos agricultores familiares e com o trabalho de reaproveitamento de alimentos mais de 1.800 pessoas puderam ter seu sustento garantido. Hoje são 47 entidades sociais que recebem aproximadamente 382.000 quilos de produtos adquiridos pelos agricultores, conforme Anexo A.

Em 2008 teve início o PAA Municipal, no valor de 780 mil reais em recursos do PAA para aquisição de produtos dos agricultores familiares, sendo 700 mil proveniente de recurso federal e 80 mil a contrapartida municipal, recursos próprios municipais. Cada um dos agricultores recebeu R\$ 4.500,00 no ano pela venda de seus produtos.

Ainda segundo informações da coordenadora do PAA Municipal, o valor da contrapartida foi utilizado na aquisição de um veículo Kombi para ajudar na logística dos produtos e na modernização e otimização de alguns equipamentos do Banco de Alimentos.

#### **4.3 Políticas Públicas da agricultura familiar no município de Itanhaém (SP).**

Segundo a coordenadora do Banco de Alimentos e do PAA do município, depois da instalação e modernização do Banco de Alimentos ficou mais fácil a logística de aquisição dos produtos dos agricultores e a distribuição dos mesmos. Além disso, a segurança alimentar nutricional passou a fazer parte do cotidiano das escolas, entidades e associações e a consciência comunitária da cultura do não desperdício.

Em 2008 com o PAA Municipal foram trazidos muitos benefícios para os agricultores e também para as dependências físicas do Banco para o recebimento e distribuição dos produtos.

No final de 2009 e início de 2010, com recursos do governo federal no valor de 220 mil reais e contrapartida da prefeitura no valor de 20 mil reais foi dado início o Programa Feiras Populares, com projeto para a implantação de uma feira com a finalidade do agricultor comercializar diretamente com a população seus produtos.

Em 2010 o PAA Merenda deu início à aplicação da Lei da Alimentação Escolar nº 11.947/2009 que determina que 30% dos recursos repassados pelo FNDE para a alimentação escolar sejam aplicados na compra de produtos da agricultura familiar e nesse contexto estão sendo priorizados também os assentamentos da reforma agrária, as comunidades tradicionais indígenas e comunidades quilombolas.

Com isso as escolas passaram a receber na complementação da merenda a banana passa que colaborou com a comercialização de banana da região na quantidade de 27 toneladas e um valor aproximado de 278 mil favorecendo 30 agricultores do município que comercializavam o produto.

Em de 5 de março de 2011 foi inaugurada a Feira da Agricultura Familiar, oferecendo ao agricultor toda a estrutura necessária: barracas, balanças, calculadoras, caixas plásticas, lixeiras, seladoras, além de materiais para adequação higiênico-sanitária como jaleco, luva, touca, botas e boné. Todos os sábados no estacionamento do Paço Municipal o agricultor comercializa seus produtos, frutas, verduras e legumes com ênfase na agricultura orgânica ( boletim oficial – site prefeitura Itanhaém).

O Feiras Populares foi criado pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) para estimular a comercialização e o consumo de alimentos da região. Logo que o projeto foi implantado pelo MAS o município de Itanhaém inseriu a modalidade e no ano seguinte foi implantada definitivamente com todos os equipamentos necessários para a comercialização.



**Figura 4 – Banca de banana na Feira do Agricultor com um dos agricultores da região.**

Fonte: Secretaria de Agricultura da Prefeitura Municipal de Itanhaém (2012).



**Figura 5 – Banca de legumes na Feira do Agricultor.**

Fonte: Secretaria de Agricultura da Prefeitura Municipal de Itanhaém (2012).

Além de o PAA beneficiar os agricultores também trouxe vantagens para os pescadores do município com a Feira do Pescado, onde o pescador artesanal vende diretamente seus peixes para o consumidor em um local equipado com pia, balança toda higiene necessária e estrutura semelhante à Feira do Agricultor, com a diferença da barraca estar situada na praia.

É notável a participação dos pescadores artesanais, grupo arredo e de características caiçaras arraigadas, mas que também estão aderindo aos programas. Portanto, a renovação do PAA, vem consolidar uma política pública de inclusão do produtor familiar com efetiva inserção socioeconômica, de melhoria de qualidade de vida, apropriação de conhecimento, que agrega valores e redução dos índices de insegurança alimentar no município.



**Figura 6 – Pescador em uma das Bancas da Feira do Pescado.**

Fonte: Secretaria de Agricultura da Prefeitura Municipal de Itanhaém (2012).

Com o incentivo financeiro recebido pelo agricultor além da capacitação a novas técnicas de plantio, aquisição de mudas e plantio houve uma diversificação na agricultura. Segundo a coordenadora do Banco e do PAA, os agricultores começaram a fornecer além da banana que é o produto típico e forte da região, inhame, mandioca, couve, acelga, alface, tomate, beterraba e algumas unidades de pêssego.

Um dos cultivos que merece destaque é o palmito pupunha, que beneficiou em 2011 16 mil alunos da rede municipal e estadual de ensino.

Segundo engenheiro agrônomo da Casa da Agricultura de Mongaguá, Ubiraci Loureiro Sarzedas, a produção do palmito pupunha além de ser mais rentável substitui o juçara que está em extinção desde a década de 80. O palmito pupunha para ficar pronto leva de 2 a 3 anos e continua produzindo após o corte, já o juçara leva em torno de 8 a 10 anos para estar pronto para o corte e só pode ter este tipo de palmeira quem possuir registro no IBAMA.

Segundo um dos agricultores de Itanhaém que fazem o plantio do palmito pupunha, após 18 meses de plantar a muda, esta já pode ser cortada, os brotos crescem rápido e permitem uma produção permanente. Ele pode ser colhido novamente a cada dois meses, além de não ser uma cultura muito exigente, que se adapta bem ao clima da região.



**Figura 7 – Plantação de palmito pupunha.**

Fonte: Secretaria de Agricultura da Prefeitura Municipal de Itanhaém (2012).

Em 2012 deu início o PAA / PNAE Merenda Escolar com a liberação pelo governo federal de R\$ 1.400.000,00 ( Hum milhão e quatrocentos mil r até 20 mil reais) até fevereiro de 2013. Com isso o município fez uma chamada pública e cada agricultor poderá receber 20 mil reais pela venda de seus produtos.

#### **4.4 Significado do PAA para os agricultores e para o município de Itanhaém (SP).**

Segundo os agricultores familiares que participam do PAA alguns fatores de sucesso merecem destaque como:

- o aumento significativo da renda mensal;
- oportunidades de novos negócios;
- capacitação dos agricultores com novas técnicas de plantio para o cultivo de novos produtos;
- diversificação da plantação;
- reconhecimento da importância e valorização do agricultor familiar;
- valorização da cultura alimentar local.

Segundo levantamento na Secretaria de Agricultura e Banco de Alimentos foi possível observar algumas vantagens e pontos positivos com a implantação e execução do PAA pelo município. Além dos itens citados anteriormente, podemos acrescentar o fato de que muitos jovens voltaram para as terras da família e iniciaram o processo de plantio e comercialização de produtos agrícolas.

Em entrevista ao Programa Rota do Sol exibido pela TV Tribuna em novembro de 2011, uma das entrevistadas havia voltado do Japão e assumiu as terras da família com a plantação do palmito pupunha e banana. Hoje ela vende seus produtos na Feira do Agricultor todos os sábados além do pastel com ingredientes que ela mesma produz.

Outro ponto positivo citado pelos agricultores foi o melhor contato e organização entre eles depois do PAA, pois ficaram mais unidos e com isso conseguem uma melhor negociação, seja no governo como no comércio dos seus produtos.

As mulheres foram muito beneficiadas com o aumento das vendas e das novas oportunidades. Uma esposa de agricultor passou a vender na Feira do Agricultor os doces que ela mesma prepara: compotas, conservas e balas. Com isso ela conseguiu colocar seus produtos no mercado local e aceita encomendas todas as semanas de consumidoras.

Um dos produtores afirmou que anteriormente o valor que recebia pela venda da batata doce mal cobria as despesas, era vendida por R\$ 1,00 e hoje consegue até R\$ 2,50 o quilo, pois como ele mesmo disse: “vende direto, sem atravessadores”.

Hoje os consumidores podem adquirir frutas, verduras e legumes de qualidade na Feira do Agricultor todos os sábados no estacionamento do Paço Municipal. São produtos frescos, sem agrotóxicos e com qualidade a preços acessíveis.

Os agricultores familiares passaram a ser conhecidos pelos comerciantes do município e com isso passaram a fornecer para o comércio local que passou a pagar menos pelos produtos com a vantagem de serem de ótima qualidade.

Além de toda a vantagem financeira, houve também a vantagem cultural, com o resgate da cultura caiçara local com a venda na Feira de artesanato da folha de bananeira e doces que são receitas antigas dos mais antigos que viviam no município cujas receitas passaram de mãe para filha.

Os agricultores familiares do município estão elaborando um livro de receitas contendo aproximadamente 80 receitas com alimentos típicos que são cultivados na roça, como a banana, a taioba e o palmito. Entre elas poderão ser encontradas bolo com o coquinho da palmeira, vinagrete de palmito, torta de banana, bolo de mandioca e outros típicos da região. Os pratos já foram fotografados e o livro brevemente será lançado na Feira do Produtor (Boletim Oficial nº 211 – 17 a 23 de outubro de 2012).

Segundo o MDS (2012), a Feira do Agricultor ganhou um perfil no Facebook, que funciona como uma vitrine virtual com aproximadamente 2 mil seguidores.

Uma produtora rural foi responsável pelo feito, com isso, segundo ela mesma, podem ser trocadas informações sobre a agricultura, os benefícios do consumo de frutas, verduras e legumes para uma alimentação saudável, além de que muitos seguidores do Facebook passaram a frequentar a Feira que acontece todos os sábados para conferir os produtos e fazer compras. Segundo a produtora houve um aumento de 80% na visitação da feira depois da utilização da rede social.

O Projeto Feiras é um dos melhores canais de comercialização da agricultura familiar onde ocorre a comunicação direta entre consumidor e produtor, o feedback, retorno, é imediato e com isso o produtor faz as adequações necessárias para melhor atender seus clientes. Além disso, a venda dos produtos para o comércio local teve um aumento significativo, pois os agricultores passaram a ser conhecidos e negociar diretamente.

O agricultor passou com o aumento da renda a investir na sua agricultura, no seu patrimônio rural, em novas tecnologias e técnicas de plantação como a agricultura orgânica e o investimento no plantio do palmito pupunha e também a diversificação de seus produtos.

Com o apoio à agricultura familiar o município passou a atender um maior número de entidades como creches, asilos, cozinhas comunitárias e programas sociais. Também incluiu

na merenda escolar frutas e legumes da região melhorando a qualidade dos alimentos servidos aos alunos das redes municipais e estaduais de ensino.

#### **4.5 Perspectivas e ações para 2013 – agricultura urbana e periurbana.**

Conforme informações do Departamento de Agricultura Municipal, o município de Itanhaém (SP) foi o primeiro colocado na seleção do MDS para o recebimento de recursos conforme projeto encaminhado para este Ministério de novo projeto para 2013.

O projeto estimula a produção orgânica em áreas ociosas das cidades, com o plantio de ervas medicinais e aromáticas, criação de pequenos animais e instalação de mini agroindústrias.

Após as iniciativas consolidadas no município de Itanhaém, como o PAA Municipal, PAA/PNAE, contando com a estrutura física e gerencial do Banco de Alimentos e do Departamento de Agricultura houve um grande fortalecimento na agricultura familiar e inserção dos agricultores familiares na área urbana.

Já o perímetro urbano sofre de modo geral com a falta de emprego, ausência de iniciativas produtivas de pequena escala que possam melhor aproveitar os espaços ociosos e passíveis de plantio e que também possam oferecer através de resultados planejados retribuição em renda e acesso a alimentação de direito à população mais vulnerável.

O objetivo do projeto é proporcionar a implantação da Agricultura Urbana e Periurbana (plantação em locais dentro do perímetro urbano) com a produção de alimentos implantando hortas nas escolas que atenderão as necessidades dos postos de saúde da família, Centro de Referência de Assistência Social, e Projetos Municipais. Criação de um viveiro de codornas para distribuição dos ovos de codorna na merenda escolar e os dejetos das aves servirão como adubo orgânico para as plantações dos agricultores. Criação de viveiro de palmito pupunha e processamento do pescado, com indicação do Instituto de Pesca da cidade de Santos (SP). O pescado seria servido em forma de hambúrguer contribuindo também para a merenda escolar municipal. Além disso, o projeto prevê a implantação de mini pólos fixos de escoamento da produção para auxiliar a logística de distribuição dos produtos.

Além de movimentar a economia local, melhorar o rendimento dos agricultores já atendidos nos programas, haverá a inclusão de novos públicos nos projetos, como as mulheres em condições de vulnerabilidade, jovens, idosos, acampados e assentados da Reforma Agrária.



O município está fazendo um trabalho com a população indígena local, para poder capacitar e fornecer os elementos necessários para que possam também ser beneficiados com esses programas federais.

O prazo de execução desse novo projeto está sendo iniciado neste mês de novembro/2012 e terá seu término em 2014.

Segundo a metodologia do projeto, o Processamento do Pescado ficará localizado no Banco de Alimentos. O valor estimado para a implantação será de 979 mil em recursos federais e 79 mil em contrapartida, recursos próprios do município.

Além disso, está prevista a modernização e ampliação do Banco de Alimentos que terá um novo local, mais amplo e com maior facilidade para o escoamento da produção.

Tudo isso para atender as diretrizes do Programa “Itanhaém sem Miséria” em conjunto com o Plano “Brasil sem miséria” com o objetivo de integrar os povos indígenas, a população ribeirinha e quilombolas aos novos projetos.

## 5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho abordou a inclusão social dos pequenos agricultores no município de Itanhaém. Foi destacada a importância das políticas públicas, o investimento da união, a vontade política do prefeito e o envolvimento sério e determinado dos gestores e colaboradores do programa PAA, que foi o objeto de estudo.

Após o levantamento de dados e pesquisa in loco, foi percebida a influência das políticas públicas implementadas pelo governo municipal como fator positivo tanto no aspecto financeiro como social. Os agricultores passaram a ter um retorno maior pelo seu trabalho e adquiriram bens e passaram a integrar a comunidade local melhorando a autoestima dessa parcela da população. Hoje os pequenos agricultores estão mais estruturados e organizados. Todos que participam dos programas possuem a documentação legalizada e estão todos cadastrados no PRONAF. Com a prática da agricultura orgânica, os produtos comercializados são de melhor qualidade e sempre frescos.

Foi observado também que o PAA desenvolve ações de cidadania e geração de renda e emprego além de estar em consonância com a missão do MDS no combate à fome e atendendo a demanda de suplementação alimentar da parcela da população que se encontra em vulnerabilidade alimentar.

No estudo de Bianchini, Políticas Públicas para a Agricultura Familiar Desenvolvimento Local Rural Sustentável ([www.deser.org.br](http://www.deser.org.br)) fica clara a evolução do agricultor e a importância dos recursos liberados pelo governo para o PRONAF, para esse desenvolvimento agrário. Assim como no estudo de Fornenton (2011) sobre o significado do PAA para o município de Santo Ângelo (RS), que além dos benefícios financeiros trouxe também os benefícios sociais aos agricultores e produtores de leite da região, sendo que o PAA é fundamental para a permanência dessas famílias no meio rural.

Para o município o PAA foi de grande importância, pois houve além da contribuição com os alimentos para as entidades sociais, a melhora na qualidade da merenda escolar, já que os produtos dos agricultores também atendem as escolas municipais.

Houve um resgate da cultura caiçara tanto na culinária como no artesanato. Além disso, muitos jovens, filhos de agricultores que saíram da cidade para tentar uma vida melhor e uma profissionalização, voltaram para o município e investiram na agricultura. Outros perceberam um novo nicho de mercado e arrendaram terras para investir na produção de frutas e legumes.

A crise econômica no exterior fez com que muitos brasileiros que estavam no exterior voltassem para o Brasil e no município os descendentes de japoneses voltaram a plantar e com inovações tecnológicas e novas técnicas que adquiriram, principalmente na plantação do palmito pupunha, que está em grande expansão.

Percebe-se a necessidade de ampliação do Banco de Alimentos, criação de polos para facilitar o recebimento dos produtos, aquisição de novos equipamentos, principalmente mais um veículo para a distribuição, pois a demanda está aumentando. Pelo que foi percebido já existe um novo projeto para 2013 que estará complementando a política do PAA para que mais entidades e camadas mais vulneráveis da população possam beneficiadas.

Seria interessante que um programa de reflorestamento e aquisição de máquinas agrícolas fosse implantado. Com isso muitos agricultores poderiam financiar os maquinários para auxiliar na produção e o reflorestamento poderia ser outra alternativa de renda do agricultor além de investir na criação de búfalos já existente mas que poderia ser mais atrativa comercialmente.

Os objetivos deste estudo foram alcançados plenamente, foram identificadas as ações para a implantação do PAA no município, as mudanças financeiras e sociais dos agricultores familiares, o significado do PAA para esses agricultores, a aquisição e distribuição dos alimentos adquiridos e pode-se concluir que os resultados foram positivos para o município, entidades e agricultores.

## REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, Ricardo. Agricultura familiar e desenvolvimento territorial. Publicado em 1999. Disponível em: <http://www.econ.fea.usp.br/abramovay/artigos>> acesso 23 set 2012.

ANTUNES, Maryna Vieira Martins, **O Programa de Aquisição de Alimentos no município de Dracena – SP**, Caderno Prudentino de geografia, Presidente prudente, n.33, v.2, p.101-122, ago./dez.2011 - <http://agbpp.dominiotemporario.com/doc/33B-7.pdf> - acesso em 23/ set. 2012.

BASTOS, F. **Rede de controle social para o PAA/Leite-RN: novas institucionalidades para inserção da agricultura familiar**. In: Anais XIV Congresso da Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural. Porto Alegre: SOBER, 2009.

BIANCHINI, V., **O universo da agricultura familiar e sua contribuição ao desenvolvimento rural**. Rio de Janeiro, 2005. Curso de Aperfeiçoamento em Agroecologia.

BRANCO, Alice, **Cultura Caiçara, resgate de um povo**. Oficina do Livro e Cultura – Ministério da Cultura, Etecê Editora, Rio de Janeiro, 2008.

REDCAPA – Rede de Instituições Vinculadas à Capacitação em Economia e Política Agrícola da América Latina e Caribe.

BNDES, [www.bndes.gov.br](http://www.bndes.gov.br), Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar. Acesso em: 27 jul. 2012.

\_\_\_\_\_. **Cultura Caiçara – resgate de um povo**, Oficina do Livro e Cultura – Ministério da Cultura. 1ª edição, Peruíbe/SP, Etecê Editora, 2005.

DORETTO, M; MICHELLON, E. **Avaliação dos impactos econômicos, sociais e culturais do Programa de Aquisição de Alimentos**. Sociedade e desenvolvimento rural. V., n.1, 2007.

Enciclopédia Delta Universal, 1980, Vol. 6,

FERREIRA, Ana Maria; ROSENDO, José; FARIA, Teresa. **Itanhaém, um mar de história**, Gráfica Expoente, 2008.

GOMES, A.; BASTOS, F. **Limites e possibilidades da inserção da agricultura familiar no PAA em Pernambuco**. Sociedade e desenvolvimento rural. V.1, n.1, 2007.

HESPANHOL, Rosângela Ap. de Medeiros, **O Programa de Aquisição de Alimentos no município de dracena – SP**, Caderno Prudentino de geografia, Presidente prudente, n.33, v.2, p.101-122, ago./dez.2011 - <http://agbpp.dominiotemporario.com/doc/33B-7.pdf> - acesso em 23/ set. 2012.

IBGE. **Censo Demográfico 2010**. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/>. Acesso em: 20 ago. 2012.

LAMARCHE, Hughes. A Agricultura Familiar: comparação internacional, uma realidade multiforme. Trad.Tijiwa, Ângela M.N. Campinas, SP. UNICAMP, 1993.

LOPES, Dóri Edson e ALMEIDA, Rosemeire Aparecida, **Avaliação do Programa de Aquisição de Alimentos e do PNAE nos municípios de Castilho e Andradina – SP**, Revista Pegada, vol. 13, n.1, jun. 2012

MATTEI, L.**Impactos do Pronaf: análise de indicadores**.Brasília: MDA?NEAD, 2005. 136 p. Disponível em: <http://nead.org.br>. acesso em: 25 mar 2007.

PANDOLFO, M.C.. **O programa de aquisição de alimentos como instrumento revitalizador dos mercados regionais**. Revista Agriculturas, v.5, n.2, p. 14-17, jun. 2008.

PORTUGAL, Alberto Duque, **O desafio da agricultura familiar**, embrapa. [br/imprensa/artigos](http://br/imprensa/artigos). Acesso em:27 jul. 2012.

ROCHA, A. G. P.; CERQUEIRA, P. S.; COELHO, V. P. **Um Panorama do Programa de Aquisição de Alimentos no Estado da Bahia: estudos de caso em Boa Vista do Tupim, Tapiramutá e Vitória da Conquista**. In: **Avaliação de Políticas de Aquisição de Alimentos**. Brasília: Universidade de Brasília, Centro de Estudos Avançados Multidisciplinares, Núcleos de Estudos Rurais, v.7, n.27, 2007, 228 p.

SABBATO, Alberti Di. **Agricultura familiar e inovação tecnológica no Brasil características, desafios e obstáculos**, Unicamp Editora, 2007.

TOSCANO, Luiz Fernando A Agricultura Familiar e seu grande desafio, Diário de Votuporanga, ano 50, nº 12.769, out. 2003, p. 02 – Disponível em : [www.agr.feis.unesp.br/dv09102003.htm](http://www.agr.feis.unesp.br/dv09102003.htm) - acesso em 24/09/2012.

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. Raízes Históricas do Campesinato Brasileiro, 2ª edição. Passo Fundo: EDIUPF, 1999.

ZIMMERMANN, C. A Previdência rural brasileira no contexto das políticas públicas. Revista Espaço Acadêmico, n. 48, maio 2005. Disponível em : <http://espacoacademico.com.br/048/48zimmermann.htm>

[www.itanhaem.sp.gov.br](http://www.itanhaem.sp.gov.br) acesso em 25/10/2012

[www.mda.gov.br/portal/noticias](http://www.mda.gov.br/portal/noticias). Acesso em: 02/08/2012

[www.organicnet.com.br/2012/01/paa-vai-beneficiar-270-mil-agricultores-familiares](http://www.organicnet.com.br/2012/01/paa-vai-beneficiar-270-mil-agricultores-familiares) - acesso em 11/09/2012

<http://g1.globo.com/sp/santos-regiao/noticia/2012/10> - acesso em 05/10/2012

Lopes e Almeida - <ftp://ftp.sp.gov.br/ftpiea/publicacoes/IE/2012/tec2-03-04-2012.pdf> - Revista Pegada - vol. 13 n.1

<http://Consultaweb.conab.gov.br/consultatransparenciadopaa.do?method=abrirConsulta> - acesso 8 de abril 2012

<http://agbpp.dominiotemporario.com/doc/33B-7.pdf> - acesso em 24/09/2012.

[http://oppa.net.br/acervo/publicacoes/Pesquisa\\_AABR-OPPA\\_Texto\\_PAA\\_versao\\_livro.pdf](http://oppa.net.br/acervo/publicacoes/Pesquisa_AABR-OPPA_Texto_PAA_versao_livro.pdf)

<http://g1.globo.com/sp/santos-regiao/jornal-tribuna-ledicao/videos/t/edicoes/v/pequenos-produtores-de-itanhaem-sp-recebem-incentivos-para-continuar-no-campo/2030156/> - Noticiário exibido na TV Tribuna em 07 de julho.

<http://www.youtube.com/watch?v=ora8ZJqJxbo&feature=related> – Reportagem exibida em novembro de 2012.

## ANEXO A

## Entidades beneficiadas pelo PAA

	UF	CÓD. IBGE com 7 dígitos.	MUNICÍPIO	NOME DA ENTIDADE	CNPJ	NOME DO REPRESENTANTE
1	SP	3522109	Itanhaém	ABRIGO À VELHICE ALLAN KARDEC	46.578.175/0001-81	WALFREDO RIBEIRO
2	SP	3522109	Itanhaém	APAE - ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE ITANHAÉM	10.396.726/0001-49	PLINIO MOTA D'AGOSTINHO FILHO
3	SP	3522109	Itanhaém	ASSEMBLÉIA DE DEUS NOVA ALIANÇA	09.360.582/0001-91	BRUCE LEE DIAS RAMOS
4	SP	3522109	Itanhaém	ASSOCIAÇÃO AMIGOS E MORADORES DO GUAPIRANGA	68.022.714/0001-34	FRANKLIN MARTINS
5	SP	3522109	Itanhaém	ASSOCIAÇÃO BENEFICIENTE UNIDOS DO JD. DAS PALMEIRAS	10.490.137/0001-25	CARMEM LÚCIA LIMA COSTA
6	SP	3522109	Itanhaém	ASSOCIAÇÃO DE AMPARO A MORADIA CLÍNICA DA ALMA	08.628.417/0001-05	NADIR FERREIRA ALVES
7	SP	3522109	Itanhaém	ASSOCIAÇÃO DE SAÚDE MENTAL DIFERENTE CIDADÃO	03.665.261/0001-19	ODA CAVALCANTI MACIEL
8	SP	3522109	Itanhaém	ASSOCIAÇÃO DOS AMIGOS E MORADORES DAS ÁREAS VERDES DE ITANHAÉM - AAMAVI	01.880.052/0001-62	MIRIAM PARDINI
9	SP	3522109	Itanhaém	ASSOCIAÇÃO DOS MORADORES DO BELAS ARTES - AMBBAR	71.556.229/0001-55	JOEL LOPES
10	SP	3522109	Itanhaém	ASSOCIAÇÃO DOS MORADORES DO JD. LARANJEIRAS - VENCENDO COM AMOR E FÉ	01.958.530/0001-00	ELIANA VIEIRA DA SILVA
11	SP	3522109	Itanhaém	ASSOCIAÇÃO DOS MORADORES DO PARQUE REAL - AMPRA	05.035.565/0001-28	JOSÉ ÉLSON DOMBROSKI
12	SP	3522109	Itanhaém	ASSOCIAÇÃO DOS TRABALHADORES AMBULANTES DE ITANHAÉM - ATAI	08.361.816/0001-52	SIRLEY RIBEIRO DA SILVA
13	SP	3522109	Itanhaém	ASSOCIAÇÃO ESPÍRITA RAIOS DE LUZ	07.815.990/0001-65	MARIA CECÍLIA DE CAMARGO BARROS
14	SP	3522109	Itanhaém	ASSOCIAÇÃO NORDESTINA E NORTISTA DE ITANHAÉM - ANNI	03.729.931/0001-13	HILDA CECÍLIA GANGI DE BARROS
15	SP	3522109	Itanhaém	ASSOCIAÇÃO PADRE LEONARDO NUNES	01.844.914/0001-00	MARCELO LOURENÇO
16	SP	3522109	Itanhaém	CASA DA MULHER	46.578.498/0001-75	BRUNA JUSTINO DA SILVA
17	SP	3522109	Itanhaém	CENTRO DE ORIENTAÇÃO AOS DEFICIENTES DE ITANHAÉM - CODI	54.354.105/0001-78	MARTA MARIA DI PIERO
18	SP	3522109	Itanhaém	CASA DE RECUPERAÇÃO GUERREIROS DA LUZ	09.422.796/0001-45	JAIRO MENE DE OLIVEIRA
19	SP	3522109	Itanhaém	CENTRO ESPÍRITA ANDRÉ LUIZ	51.671.378/0001-58	DIRELY TERESA CAMPOS LUZ MARQUES DA SILVA
20	SP	3522109	Itanhaém	COMUNIDADE TERAPÊUTICA BENEFÍCIOS E DÁDIVAS	46.578.498/0001-75	DANILO AUGUSTO FONSECA RAMOS
21	SP	3522109	Itanhaém	GEA - GRUPO ESTRELA ASCENDENTE	04.361.545/0001-84	LUCIANA DE MELO COSTA
22	SP	3522109	Itanhaém	GRUPO CONVIVER 3ª. IDADE	46.578.498/0001-75	NEUSA PALMA PEREIRA
23	SP	3522109	Itanhaém	IGREJA ADVENTISTA DO 7º. DIA	43.586.122/0001-90	VERA LÚCIA MORETTI
24	SP	3522109	Itanhaém	IGREJA ASSEMBLÉIA DE DEUS MINISTÉRIO PRESIDENTE DUTRA DE OSASCO	02.897.240/0003-28	RODRIGO CORREIA DE ANDRADE
25	SP	3522109	Itanhaém	IGREJA SÃO BENTO	58.259.771/0007-73	MARIA ERONIDES DOS SANTOS
26	SP	3522109	Itanhaém	LAR ESPÍRITA CASA DA CRIANÇA JOSÉ DE ANCHIETA	51.074.607/0001-57	ANDERSON ONOFRE DE ANGELIS
27	SP	3522109	Itanhaém	ONG DOS AGENTES ECOLÓGICOS E RECICLADORES - RAFAVI	10.950.927/0001-46	BEETHOVEN FRANÇA DA CUNHA
28	SP	3522109	Itanhaém	PASTORAL DA CRIANÇA - GAIVOTA	58.259.771/0007-73	ÉLCIO DE ASSIS MACHADO
29	SP	3522109	Itanhaém	PASTORAL DA CRIANÇA - JARDIM MAGALHÃES	00.975.471/0001-15	ANA LÚCIA DE JESUS DOS REIS

30	SP	3522109	Itanhaém	PASTORAL DA CRIANÇA - SÃO JUDAS	00.975.471/0001-15	MARIA CLÁUDIA DOS SANTOS
31	SP	3522109	Itanhaém	PROJETO LAR DOS FRANCISCANOS	10.864.893/0001-77	MARIA HELENA SCHULZ RODRIGUES
32	SP	3522109	Itanhaém	PROMOÇÃO HUMANA	45.087.327/0001-80	MARIA MADALENA DOS SANTOS
33	SP	3522109	Itanhaém	SOCIEDADE AMIGOS DO BALNEÁRIO GAIVOTA	51.669.455/0001-35	MARCELO AUGUSTO SPEDINI
34	SP	3522109	Itanhaém	ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE MAMÃE DOLORES	71.545.081/0001-53	DOLORES LOUREIRO ADORNO
35	SP	3522109	Itanhaém	SOCIEDADE SÃO VICENTE DE PAULO	71.557.011/0001-15	JULIETA PAULA DE LIMA VALENTE
36	SP	3522109	Itanhaém	SOPÃO COMUNIDADE JARDIM OÁSIS	S/ INSCRIÇÃO	JOCEMIRA ALMEIDA FRANÇA
37	SP	3522109	Itanhaém	SOPÃO COMUNITÁRIO JD. OÁSIS II	S/ INSCRIÇÃO	MARIA DE FÁTIMA GASPAR RIBEIRO
38	SP	3522109	Itanhaém	SOPÃO COMUNITÁRIO PQ. VERGARA	S/ INSCRIÇÃO	MARIA MÁRCIA DA SILVA
39	SP	3522109	Itanhaém	ESCOLINHA MUAY THAY	S/ INSCRIÇÃO	MARCOS ANTONIO DA SILVA
40	SP	3522109	Itanhaém	ONG GERAÇÃO ELEITA	10.188.542/0001-83	FERNANDA MARIANO CARDOSO
41	SP	3522109	Itanhaém	ASSEMBLÉIA DE DEUS MADUREIRA	10.396.726/0001-49	JOSÉ NOGUEIRA PEREIRA
42	SP	3522109	Itanhaém	ESCOLA DE SURF DO GAIVOTA	S/ INSCRIÇÃO	JANIO PEREIRA DA SILVA
43	SP	3522109	Itanhaém	IGREJA MUNDIAL DO PODER DE DEUS	S/ INSCRIÇÃO	JÚNIOR GAMA
44	SP	3522109	Itanhaém	COMUNIDADE CRISTÃ DE ITANHAÉM	01.654.327/0001-40	LUIS MUNIZ LEITE
45	SP	3522109	Itanhaém	PROGRAMA DE FORTALECIMENTO ALIMENTAR	46.578.498/0001-75	JOÃO CARLOS FORSELL NETO
46	SP	3522109	Itanhaém	PROGRAMA SOCIAL ESCOLAR	46.578.498/0001-75	JOÃO CARLOS FORSELL NETO
47	SP	3522109	Itanhaém	IGREJA SANTA TERESINHA	58.259.771/0007-73	ELCIO ASSIS MACHADO
total de produtos Kg						<b>382023,315</b>

Fonte: Banco de Alimentos – Controle interno para prestação de contas..